

O PAPEL DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Rio de Janeiro - RJ - abril / 2015

Vilson Sérgio de Carvalho - AVM Faculdade Integrada - vilson@avm.edu.br

Classe: (B)

Setor Educacional: (C)

Áreas:Nível Macro: (A) / Nível Meso: (I) / Nível Micro: (N)

Natureza: (B)

RESUMO:

O presente estudo analisa e discute o papel da EaD como modalidade educativa que pode favorecer consideravelmente o desenvolvimento de Programas de Extensão Universitária. Além de uma pesquisa bibliográfica e webgráfica na área, foram analisados dois programas de Extensão universitária em duas universidades privadas do Rio de Janeiro, nos quais, através da análise documental tendo como foco o desenho didático-pedagógico adotado no Programa e de conversas informais com professores e alunos que participaram ativamente do mesmo, foi possível constatar que a adoção de estratégias síncronas e assíncronas de EaD foi fundamental para o desenvolvimento, otimização, ampliação do alcance das atividades do projeto e atendimento aos seus objetivos. O estudo conclui que existe não apenas a necessidade de mais pesquisas sobre a natureza e o papel da contribuição da EaD para Extensão universitária, tendo em vista a carência de trabalhos na área, como também a necessidade de estimular mais o emprego da modalidade da EaD para elevar a eficácia de Programas de Extensão universitária no que tange a sua implementação, desenvolvimento e favorecimento de seu acesso.

Palavras-Chave: Educação a Distância, Extensão Universitária e Práticas Extensionistas.

1 – Extensão Universitária e Compromisso Social

A temática da extensão universitária abrange uma gama considerável de múltiplas práticas, projetos e programas a ela associadas denominadas “extensionistas”. Trata-se de um complexo de atividades acadêmicas que vão do oferecimento de minicursos de extensão ao desenvolvimento de propostas e atividades sociais nas mais diversas áreas, de acordo com a demanda social local onde a universidade se situa e seu grau de comprometimento com a mesma. O que une toda essa gama de possibilidades de extensão é o ideal a que estão atreladas no que tange a busca de uma participação maior e mais efetiva da universidade na sociedade considerando sua responsabilidade social. Nesse sentido, existe um grande número de programas de extensão universitária que exemplificam a ideia de “universidade cidadã” frente a necessidade de respostas para os problemas enfrentados na sociedade globalizada.

Entretanto, como adverte ^[1] BARTNIK e SILVA (2009), apesar de toda essa diversidade de atividades extensionistas universitárias e das iniciativas para disseminar o que tem sido feito através destas, o fato é que a produção nacional sobre o tema ainda é consideravelmente tímida e restrita ao próprio contexto das Instituições de Ensino Superior, sendo pouco compartilhadas com a sociedade acadêmica de um modo geral.

Originada na Universidade de Oxford em meados do século XIX com o desenvolvimento de trabalhos filantrópicos na universidade, as práticas extensionistas ganharam força nas universidades da Europa e da América Latina (^[2] AMORIN, 2013). No Brasil, segundo ^[3] FAGUNDES (1985), o surgimento das primeiras atividades de extensão universitária data do começo do século XX, sendo influenciada por duas correntes: uma europeia - que a entendia a partir do oferecimento de cursos ministrados pelo esforço autônomo dos intelectuais com o objetivo de se aproximar da população; e a outra, norte-americana, mais voltada para o desenvolvimento de comunidades e caracterizada pela prestação de serviços a estas.

De certa forma, ambas as tradições deixaram suas marcas nas práticas extensionistas, visíveis ainda hoje, ao associarem o papel da universidade com a consolidação da democracia, o desenvolvimento socioeconômico e a valorização dos direitos humanos e, particularmente, ao sublinhar o comprometimento da comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações em relação a estas (^[4]FORPROEX, 1999, 2006). Na ótica de ^[5]FOSSÁ (2003), esse quadro se consolidou ainda mais face à redução da ação social do Estado, bem como, pela existência de uma sociedade com necessidades cada vez maiores e a ampliação da exclusão social. Neste cenário, universidades públicas e privadas tem se revezado para uma atuação mais presente e solidária no campo social através da adoção de políticas de extensão junto aos cursos oferecidos voltadas para o desenvolvimento educacional, cultural, artístico, científico e tecnológico da comunidade.

2 – O Papel da EaD na Extensão Universitária

Apesar de algumas resistências em função do caráter assistencialista que algumas práticas extensionistas assumiram, parece não haver dúvidas do reconhecimento da necessidade de uma maior articulação entre a universidade e os diversos setores da sociedade a partir da concepção de uma universidade cidadã. Para a ampliação e fortalecimento dessa articulação, faz-se necessário a adoção de meios e processos que a favoreçam a consolidação de novas formas de comunicação e relacionamento, estruturadas em rede apoiadas nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (^[6]CASTELLS, 1999).

Como aponta ^[7]PRETTO (2000), a consolidação da Sociedade da Informação no Brasil só será verdadeiramente viabilizada através da conexão de instituições de ensino em rede e da preparação dos cidadãos para esse mundo tecnológico o que atinge certamente atinge a formação de profissionais. Assim, sem mencionar os desafios de infraestrutura instrumental e operacional que tal empreitada apresenta, é preciso ir além da mera equalização de oportunidades de acesso à formação universitária e levar em conta as

demandas de cada fração territorial do país, sem ignorar aspectos político-econômicos mais amplos. Nesse contexto, a EaD surge como uma modalidade de ensino em crescente expansão que em função de suas características pode contribuir significativamente para a ampliação e fortalecimento de práticas extensionistas.

Incentivada no artigo 80 da ^[8] Lei 9394/96 (LDB), e regulamentada pelo ^[9] decreto presidencial nº 5622/2005, a expansão da EaD no Brasil vem se dando em função de diferentes fatores de ordem político-social, econômica, pedagógica e tecnológica como esclarece ^[10] PRETI (2000). Sob o ponto de vista político-social, a EaD teria sido impulsionada pela reformulação da base legal tendo em vista uma crescente exigência de formação em níveis mais avançados em função de um mercado cada vez mais exigente. No que tange ao aspecto econômico, ela foi estimulada como meio de dar formação sem onerar os cofres públicos ou das empresas garantindo à permanência do trabalhador no seu local de trabalho. Por sua vez, no nível pedagógico, as instituições de ensino careciam de uma modalidade de ensino mais leve, flexível e que simultaneamente oferecesse alternativas coerentes com a realidade do trabalhador. Finalmente, do ponto de vista tecnológico, a EaD foi favorecida pelo aumento do número de computadores nas instituições aliado ao desenvolvimento de novas programas inovadores voltados para os processos de ensino e aprendizagem.

Para ^[11] VIDAL (2002), a EaD apresenta-se no contexto da sociedade da informação, como uma alternativa que reúne diferenciais significativos se comparada aos tradicionais métodos de educação oferecendo condições de: a) Ampliar a oferta de programas adequados às necessidades atuais; b) Favorecer uma economia significativa de tempo e deslocamento além de possibilitar o acesso a Educação pessoas com necessidades especiais de ordem física ou de isolamento; c) Utilizar as TICs de modo eficaz, favorecendo o trabalho com grande quantidade de informação e com rapidez; d) Estimular o aluno a busca de autonomia e autoaprendizagem; e) Incentivar a criação e desenvolvimento de métodos e formatos de trabalho mais abertos e participativos; f) Otimizar recursos com redução significativa de custos de

formação; g) Conciliar os desafios do processo de aprendizagem com a atividade profissional e a vida familiar; e por fim: h) Possibilitar ao aluno a escolha do método de aprendizagem que melhor se adapta ao seu estilo e possibilidades.

Ao considerar-se todas essas vantagens - especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevadas (^[12] PNE, 2000) - fica mais fácil perceber o porquê da expansão dessa modalidade como um canal adaptado ao momento tecnológico atual, voltada para democratização da educação em diferentes âmbitos, mesmo por parte daqueles que não teriam disponibilidade de cursar programas convencionais de educação voltados para formação ou qualificação (^[13] MAIA e MATTAR, 2007). O fato é que desde o seu nascimento a EaD já se identificava com propostas de extensão assumindo importantes papéis sociais, seja ao oferecer uma oportunidade educativa para aquelas pessoas que não puderam acompanhar o percurso educacional tradicional, seja pelo oferecimento de uma educação complementar, onde os que já estudaram no ensino tradicional tem a chance de se especializarem em uma determinada área na lógica da Educação continuada.

No campo da extensão universitária a partir de uma concepção de universidade aberta, considerando o diferencial da Educação a Distância, é possível pensar - de uma forma participativa e menos dispendiosa do que os métodos educativos convencionais - uma infinidade de possibilidades de atividades, projetos e programas extensionistas voltados para alfabetização; incentivo a leitura; atividades de consultoria; acesso e democratização de informações, conhecimentos e práticas; capacitação técnica; inclusão digital; incentivo e desenvolvimento de pesquisas; realização de eventos culturais e científicos; gestão de recursos e empreendimentos; desenvolvimento de planos de ação; fortalecimento e promoção da cidadania e/ou cultura; criação de centros comunitários e/ou culturais; desenvolvimento de planos de prevenção e controle de doenças ou atividades não sustentáveis; produção de material didático-informativo; prestação de serviços nas esferas da saúde, meio ambiente (defesa e prevenção de problemas), educação e outros; promoção e

apoio de oportunidades de trabalho e emprego; criação/inação de novas metodologias e tecnologias em diferentes áreas; promoção de ações de desenvolvimento técnico-científico, etc. Tudo isso facilitado por tecnologias virtuais, comunicação/educação via satélite, uso da internet, e outras facilidades tecnológicas que a EaD traz para a experiência educativa e que serve perfeitamente as propostas já mencionadas de extensão universitária.

Considerando ainda a força atual das redes sociais - constituída por agentes sociais e suas conexões (laços sociais) - a EaD pode favorecer a extensão universitária um universo considerável de ferramentas comunicacionais e educativas, flexíveis e atualizadas, úteis a uma atuação conjunta/integrada entre a comunidade acadêmica universitária e esses atores de forma democrática e planejada nos projetos e programas anteriormente citados ampliando suas chances de sucesso e de efetiva mudança social (^[14] MARTINS, 2011). Quanto maior for a participação/cooperação, considerando o ecletismo de atores, mais ampla será a chance de buscar de forma plural soluções viáveis para as incertezas que o cotidiano nos apresenta, bem como será mais amplo o feedback que a comunidade acadêmica receberá frente a essa atuação transdisciplinar em termos de ensino e pesquisa.

3 – Examinando Dois Programas de Extensão Universitária Favorecidos pela EaD em duas Universidades Privadas do Rio de Janeiro

A Universidade Castelo Branco (UCB), com sua sede situada no bairro de Realengo, se destacou historicamente como a primeira universidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro ainda na década de 60. Possui uma larga tradição em programas extensionistas entendidos como oportunidades privilegiadas para o exercício da cidadania e da socialização de conhecimentos voltados para a formação e qualificação em diferentes áreas como: saúde, alfabetização digital, educação ambiental, educação inclusiva, educação sexual e outras. Seus programas e projetos de extensão são marcados pela perspectiva da interdisciplinaridade, da educação continuada e da complementação de

estudos sendo coordenados por uma Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Em grande parte dos mesmos a EaD atua como complemento e suporte das atividades educativas híbridas desenvolvidas. Assim, vários cursos, por exemplo, possuem em seu desenho didático encontros presenciais e atividades online desenvolvida em um dos Ambientes Virtuais de Aprendizado utilizados.

O Programa de Extensão analisado foi o Programa de Nivelamento Discente (PND) destinado a oferecer aos alunos ingressantes em seus cursos de graduação a oportunidade de suprir carências e dirimir dúvidas nas áreas de informática, matemática e português provenientes de deficiências no ensino médio. OPND é ofertado semestralmente e os alunos são avisados do período de inscrição pelo site oficial da universidade (www.castelobranco.br), devendo se inscrever em uma ou mais disciplinas do Programa ofertadas gratuitamente (Introdução a Informática; Fundamentos de Matemática e Leitura e Produção de Textos). Cada disciplina possui 20 horas sendo viabilizada através de dois encontros mensais (em horários alternativos dos cursos) além de atividades orientadas desenvolvidas online no AVA moodle). Não há avaliação, mas os alunos só podem computar as vinte horas correspondentes a conclusão da disciplina se cumprirem pelo menos 75% das atividades nelas desenvolvidas. A equipe do PND é constituída por dez monitores (alunos com experiências nas áreas) e três professores responsáveis que trabalham ativamente durante os três meses de duração do Programa.

Através de conversa informal com alunos, monitores e professores e análise do plano pedagógico do PND é indiscutível o reconhecimento da importância da modalidade EaD, tendo em vista dois fatores essenciais: a) a viabilização do Programa em si, uma vez os alunos não teriam como participar do mesmo se os encontros fossem apenas presenciais e b) os recursos que a modalidade EaD encerra em termos de estratégias síncronas e assíncronas como chat, fóruns, postagens de exercícios e outros via AVA.

O AVA moodle utilizado possui uma interface bastante simples e o aluno ainda conta com um tutorial online disponibilizado em pdf orientando o mesmo

quanto a possíveis dúvidas. Os alunos não relataram dificuldades no sentido de seu acesso e utilização. Cada dúvida e participação nos fóruns e demais atividades do AVA são respondidas pelos tutores sob supervisão dos professores responsáveis. Ainda não foi efetivado nenhuma pesquisa sobre os resultados obtidas no que tange ao aprendizado dos alunos egressos do PND, mas o resultado positivo das avaliações nas disciplinas correspondentes as ofertadas no programa parece ser um indício significativo de seu sucesso.

O outro Programa de Extensão, sob análise neste estudo, é oferecido pela AVM Faculdade Integrada que atua na área de EaD desde o ano de 2000. Trata-se de uma instituição de ensino superior privada com mais de dezoito anos de existência que oferta cursos de graduação e pós-graduação a distância, além de cursos de pós-graduação presencial, em suas cinco unidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, em diferentes regiões do Brasil, possui Núcleos Regionais de EaD como em Manaus (AM), Porto Velho (RO), Brasília (DF) e São Luís (MA) tendo seu Núcleo Central localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

A AVM recentemente tem dando passos largos para a consolidação de Programas da extensão no nível comunitário: prevendo a promoção de serviços a comunidade e estimulando a formação cidadã (como o Programa AVM Solidária) e no nível acadêmico: com a organização de eventos abertos à comunidade científica como seminários, palestras e cine debates em horários alternativos. A preocupação com a Extensão está claramente formulada no PDI da instituição e no PPC de seus cursos ofertados em EaD. O Programa de Extensão analisado neste estudo foi o Programa de Formação Continuada (PFC) que oferta a toda a sua comunidade acadêmica – incluindo alunos, professores, tutores e equipe administrativa - cursos gratuitos nas áreas de EaD, Tutoria, Informática e Redação.

Os cursos são oferecidos gratuitamente através da plataforma webensino totalmente a distância, com um desenho didático que reúne várias atividades e recursos como fóruns, tutoriais, exercícios, vídeos e outros. Os cursos tem a duração de um a dois meses. O convite é feito por email e através do site

oficial da AVM (www.avm.edu.br) e por email a toda a equipe AVM. A mediação fica por conta dos professores coordenadores de cada curso e do Coordenador Geral da EaD. Os cursos não possuem avaliação, mas para receber o certificado de conclusão é preciso que o aluno participe das atividades online, cumprindo as atividades pré-estabelecidas, e tendo uma frequência virtual ao AVA de no mínimo 75%.

Em conversa informal com alunos e Professores dos cursos ofertados todos são unânimes em afirmar que aprenderam bastante com o curso e que o mesmo os ajudou a entender melhor diferentes temáticas em suas áreas de formação e atuação. Relatam também que se o curso fosse oferecido na modalidade presencial seria impossível sua participação tendo em vista outros afazeres de trabalho e as responsabilidades familiares. Muitos lamentam apenas não ter tido o tempo necessário para se dedicar mais ao mesmo. O PFC foi incluso como um dos itens do questionário da Comissão Permanente de Avaliação em julho do ano passado e os resultados demonstraram uma aprovação do PFC de mais de 90%.

Conclusão:

Tanto a pesquisa bibliográfica como a pesquisa de campo efetivada nas duas Instituições de Ensino Privadas sugerem que o papel da EaD no âmbito da extensão é bastante significativo e, portanto, precisa ser fruto de mais estudos e experiências, inclusive no que se refere as políticas públicas que regulamentam essa modalidade de ensino, devendo seu uso em práticas extensivas ser mais estimulado.

Entende-se também que a relação entre Educação a Distância e Extensão não deveria ser viabilizada apenas pela tradicional oferta de cursos voltados para a comunidade, mas pela construção participativa de propostas e projetos extensionistas, nos quais a EaD favorece processos de participação/intervenção pautados na valorização do trinômio ensino/pesquisa/extensão universitária. Defende-se então, que através da EaD e suas TICs, seja possível favorecer as práticas extensionistas de forma a que

estas configurem uma nova cultura de formação e capacitação profissional, mais próxima e solidária da realidade além de favorecer uma reflexão mais aprofundada sobre o papel da universidade e seu compromisso social.

Referências:

[3] AMORIM, W. et al. **A Reforma do Ensino Superior e as Políticas de Extensão Universitária**. In: Revista Cataventos, Ano 5, nº 01. Rio Grande do Sul: UNICRUZ, Programa de Extensão, 2013

[1] BARTINIK, F e SILVA, I. Avaliação da Ação Extensionista em Universidades Católicas e Comunitárias. In: **Revista Avaliação**. Julho de 2009. Campinas; Sorocaba, SP; n. 2, p. 453-469.

[9] BRASIL **Decreto Presidencial 5622/2005**. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622> Acessado em: 02/04/2015.

[8] BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases (9394/96)**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acessado em: 02/04/2015.

[12] BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em < http://portal.mec.gov> Acessado em: 02/04/2015.

[6] CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

[2] FAGUNDES, J. **Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e Perspectivas**. Tese de Doutorado em Educação. Campinas (SP): UNICAMP, 1985.

[4] FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Política Nacional de Extensão Universitária** (1999). <http://renex.org.br/documentos.php>. Acessado em 10/02/2014.

[5] FOSSÁ, M. **A Ação Extensionista e o Desenvolvimento de um Processo de Transformação Social**. **Anais do V SEMPE**. João Pessoa, 2003.

[13] MAIA, C.; e MATTAR, J. **ABC da EaD**. 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2007.

[14] MARTINS, C. Gestão de Cursos de Extensão Universitária na Modalidade a Distância do Centro Universitário Claretiano. **Revista Educação a Distância (Revista Científica do Centro Universitário Claretiano)** v. 1, n.1, p. 17-30, jan.-jun. de 2011.

[7] PRETTO, N. Desafios da Educação na Sociedade do Conhecimento. **Anais da 52ª Reunião Anual da SBPC**, Julho de 2000.

[10] PRETI, O. (org.). **Educação à Distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT; Brasília: Plano, 2000.

[11] VIDAL, S. **Ensino à Distância versus Ensino Tradicional**. Porto. Universidade Fernando Pessoa, 2002.